

Sociedade em Tumulto

BIBLOS

REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

VASCO GIL MANTAS
Universidade de Coimbra/CECH

A QUEDA DE ROMA E O FIM DA CIVILIZAÇÃO

Bryan Ward-Perkins, (trad. Inês Castro), Alêtheia Editores,
Lisboa, 2006, 307 páginas, 48 figuras e 2 mapas.
ISBN 989-622-056-5

Este importante livro de Bryan Ward-Perkins surgiu no momento exacto e aborda com imperturbável clareza uma das questões clássicas da historiografia ocidental de todas as épocas que é a tentativa de definição das causas da queda de Roma. Não se limita, porém, a esta questão capital, pois desenvolve uma análise crítica, coerente e sustentada pelos testemunhos disponíveis, das consequências da queda do Império do Ocidente, análise afastada da ditadura do politicamente correcto que se vai instalando nas ciências históricas.

Ocorre-me, a propósito da leitura desta obra, uma célebre passagem da *Ilíada*, que me permito recordar, sobretudo em tempos que pretendem disfarçar as realidades da condição humana: *Como a vida das folhas assim é a dos homens. O vento atira as folhas para o chão; a floresta vigorosa produz outras, que crescem na estação da primavera. Em breve uma geração de homens vem e outra passa*¹. Ora, esta é uma reflexão pertinente, quer em relação a Bryan Ward-Perkins, filho do eminente arqueólogo John Ward-Perkins, quer no que se refere a um conceito de inspiração spengleriana, biológico, quanto ao devir das civilizações ou, de forma mais simples, ao seu destino final. A obra de Ward-Perkins, autor que não se esquece de referir a sua formação juvenil no cenário da Cidade Eterna, o que não é, como veremos, um elemento secundário numa discussão que, para além numerosos conceitos complexos envolvidos, como cultura, civilização, decadência ou transformação, implica com frequência um fogo cruzado de opiniões subscritas

581

¹ Homero, *Ilíada*, VI, 144-149.

por arqueólogos e historiadores, nem sempre conciliatórios, reflecte a oposição entre certa concepção anglo-saxónica e germânica da queda de Roma e a clássica interpretação latina e humanista. Como o autor claramente demonstra, a quase imposição de uma Antiguidade Tardia positiva não sucede por acaso, tanto mais que, como veremos, a discussão não é nova, mesmo sem retroceder a Montesquieu e a Gibbon.

A obra está dividida em duas partes principais: *A queda de Roma* (pp.23-121), subdividida em quatro capítulos, o primeiro dos quais, intitulado *Roma caiu?* (pp.9-22), precede, seguramente por historiar o problema e as teses envolvidas, o início da primeira parte do volume; a segunda parte, *O fim de uma civilização* (pp.121-244), é também subdividida em quatro capítulos, seguindo-se-lhe um *Apêndice* (pp.245-249), elucidativamente denominado *Dos fragmentos de cerâmica às pessoas*, no qual Ward-Perkins explica aos não arqueólogos o valor indiscutível da cerâmica como indicador económico e cultural. As notas, organizadas por capítulos (pp.257-286), enriquecem o texto e esclarecem adequadamente o pensamento do autor. A *Bibliografia* é vasta (pp.286-296), actualizada, embora se note a ausência de autores cujas opiniões pesaram largamente nesta problemática da queda de Roma, como Ferdinand Lot e Henri-Irénée Marrou². Nota-se alguma concentração em torno do fim do Império e suas consequências na Britânia, como é natural, não se esquecendo Ward-Perkins de sublinhar que o sucedido nesta área do Ocidente é um caso limite, naturalmente negativo, impossível de situar no mesmo plano com a situação vivida, por exemplo, no Levante.

Sem grande surpresa minha, não encontrei inserido na bibliografia nenhum autor de língua portuguesa³, mas também os não há de língua castelhana, o que já parece mais estranho atendendo a que a Hispânia é referida muitas vezes na discussão. A obra inclui também uma útil *Cronologia* (pp.251-255), que se inicia em 376, com a invasão goda, e termina em 800, com a coroação de Carlos Magno. O aspecto geral do volume é agradável e sóbrio, com uma boa qualidade gráfica. A revisão precisava de alguma atenção: na página 57 a frase *a vitória sangrenta*

² Ferdinand Lot, *La fin du monde antique et le début du moyen âge*, Albin Michel, Paris, 1968³; Henri-Irénée Marrou, *Décadence romaine ou antiquité tardive?*, Éditions du Seuil, Paris, 1978. A crítica de Marrou à obra de Lot é muito dura (p.181).

³ Completam-se este ano, silenciosamente, 1600 anos sobre a invasão germânica da Hispânia, cujo significado não pode ser ignorado. Contrariamente ao sucedido em relação às Invasões Francesas, largamente lembradas, não tenho conhecimento de nenhuma reunião científica organizada em Portugal por motivo da invasão de 409.

de Aníbal sobre a República de Canas é, como parece óbvio, um erro de tradução; na página 152 a quinta romano-britânica referida é do século IV e não, evidentemente, do século VI. O mapa 7.1 (a e b), disperso por duas páginas (pp.189-190), permitiria melhor leitura e imediata compreensão do que o autor pretende explicar se tivesse sido inserido, embora em páginas diferentes, devido à dimensão da mancha, lado a lado. No conjunto, nada que prejudique a qualidade da obra, à qual não falta aqui e ali o característico toque de humor inglês (pp.117-118, 226, 236), naturalmente bem diferente daquele que a televisão que nos é disponibilizada sugere como tipicamente *british*, humor que torna a leitura, que teria ganho com um índice temático, sempre agradável, libertando o tema, complexo e muito sério, do enfatuamento tantas vezes presente em escritos académicos semelhantes.

Para quem se dedique a observar, mesmo profissionalmente, os vestígios romanos dispersos por três continentes, quer se trate das enormes construções de Roma ou de um humilde estabelecimento rural nalgum recanto dos confins do Império, a busca de explicação para a queda de tão poderosa entidade civilizacional impõe-se naturalmente e pode mesmo revelar-se dolorosa. Não por faltarem explicações, demasiadas, como se verifica através da lista elaborada há alguns anos pelo historiador alemão ocidental A. Demandt, citado por Ward-Perkins (pp.50-51), lista que enumera nada menos de 210 razões possíveis ou passavelmente possíveis, parte das quais ocorrem de forma redundante, um pouco conforme as épocas, entre os estudiosos da questão. Quanto ao que sucedeu, abstraindo das causas, morais, políticas ou materiais, o debate arrasta-se de há muito em torno de posições como as de F. Lot e de A. Piganiol. Enquanto que para este historiador a civilização romana foi simplesmente assassinada, para o primeiro o Império morreu de doença interna, incapacitado por isso de resistir ao assalto dos bárbaros⁴. Esta explicação, tanto como a primeira, apontam as invasões germânicas como a causa directa do desaparecimento do Império do Ocidente, estivesse ele florescente ou não.

Toda a discussão foi muito prejudicado pelas interpretações da história inspiradas, inevitavelmente, pelo ambiente político e cultural em que foram produzidas, como Ward-Perkins destaca com frequência. Se Hollywood identificou o Império, muito antes da *Guerra das Estrelas*, com as forças do mal e Jean Anouilh recriou a *Antígona* com os guardas de Creonte uniformizados como soldados SS, não nos devemos admirar, embora tais

⁴ Pierre Riché / Philippe Le Maitre, *Les invasions barbares*, Presses Universitaires de France, Paris, 1983⁶, p.29.

interpretações se revelem mais perigosas, sejam positivas ou negativas, que os historiadores adotem, mesmo involuntariamente, atitudes semelhantes. Ward-Perkins cita a opinião do filósofo alemão Herder (pp.17-18), que, afinal, corresponde perfeitamente à ideia de eutanásia de uma civilização moribunda apresentada por Lot⁵, o que, de alguma forma permite atribuir às vagas germânicas, ou ao que assim foi considerado, a queda de Roma. E aqui, e o autor britânico não passa por alto este aspecto, deparamos com uma questão inquietante que é a de perceber a razão que levou um Império com dezenas de milhões de habitantes, ainda que a demografia histórica seja um terreno francamente escorregadio e se admita alguma quebra na população no Baixo Império, muito mais provável no período pós-romano (pp.187-196), a não conseguir resistir com êxito, como já o fizera anteriormente, a incursões de povos cujo número de combatentes, com frequência inflacionado nas fontes catastrofistas que nos chegaram, era relativamente reduzido (p.97). Questão complicada, que obriga a considerar, mais uma vez, o que está escondido por trás da evidência.

O outro problema que o autor aborda é o das consequências da desintegração do Estado imperial e do conseqüente estabelecimento, violento e confusamente implementado, dos povos bárbaros no interior do Império. Neste caso, a análise do autor torna-se bastante mais crítica, uma vez que envolve conceitos que se vão desenvolvendo, aliás sem constituírem novidade a não ser surgirem mais ou menos integrados numa visão moldada ideologicamente quer pelas preocupações políticas da União Europeia, quer pelas concepções anglo-saxónicas americanas da globalização. Num e noutro caso a Antiguidade Tardia é apresentada de forma muito positiva, distinta das cores trágicas que tradicionalmente se atribuíam aos séculos designados como Alta Idade Média. Recordo que Henri-Irénéé Marrou, numa obra póstuma, já elogiava o conceito de Antiguidade Tardia, citando a propósito Peter Brown e considerando, como este historiador norte-americano, que a Antiguidade Tardia não pode ser considerada um período de decadência e retrocesso inimagináveis, resultado inevitável da *awful revolution* que F. W. Walbank, parafraseando Gibbon, utilizou no título de um ensaio, pouco ou nada conhecido entre nós, publicado em 1969⁶, mas sim uma época de transformações positivas⁷.

⁵ Lot, p.255.

⁶ F. W. Walbank, *The awful revolution. The decline of the Roman Empire in the West*, Liverpool, Liverpool University Press, 1969.

⁷ Marrou, pp.9-14, 111.

Algumas das interpretações na linha desta *Late Antiquity* acomodática e quase feliz podem fazer sorrir o leitor, mas também o podem apanhar desprevenido. Ward-Perkins cita várias delas, e critica-as de forma clara e equilibrada, por vezes até com um comedimento que, a meu ver, não se justifica. É o caso, por exemplo, do que foi escrito pelo historiador canadiano W. Goffart a propósito das invasões do século V e suas consequências (pp.18-22), consideradas como *uma experiência imaginativa que saiu um pouco fora de controlo*. De tudo isto limito-me a considerar que Roma perdeu realmente o controlo da situação porque antes disso havia perdido outras coisas, aquelas que permitem que uma sociedade tenha vontade de lutar pela sobrevivência, o que não exige belos tratados retóricos, mas sim um espírito cívico vivo. Quando Libânio referiu, no século IV, que a única coisa que restava para distinguir um romano de um bárbaro era a eloquência, não vendo tantas outras realidades que valia a pena defender e louvar, a crise é evidente e o cansaço de Roma, que Amiano Marcelino evocará no século seguinte, irreversível.

Acusar os povos germânicos invasores é tão inconsequente como apresentá-los agora como protectores, instalados de forma mais ou menos tranquila no seio do Império. Esta operação de cosmética histórica, que Ward-Perkins demonstra não corresponder nem aos testemunhos literários contemporâneos, nem aos testemunhos arqueológicos, demonstrativos de um colapso civilizacional impressionante, só pode ser interpretada ideologicamente. As tribos germânicas que se infiltraram no Império no século V não eram boas nem más, eram realmente diferentes, sobretudo num ponto fundamental, pois enquanto que os romanos desenvolveram uma mentalidade defensiva e comodista, transferindo gradualmente o peso do serviço militar para os provinciais e depois para os próprios bárbaros, estes privilegiavam antes de tudo a guerra como base da existência e da estrutura social. Quando duas sociedades com estas características se enfrentam, o resultado, a longo prazo, é inevitável e contrário aos que desistiram de assegurar a sua própria defesa, seja qual for a aparente superioridade tecnológica de que disfrutem. Os bárbaros eram bárbaros, mas os romanos sê-lo-iam ainda? Como disse Ward-Perkins (p.118), porque razão haviam os bárbaros, pretensos protectores, de se limitarem a comer as sandes, se podiam ficar com os bolos?

A simples ideia de protecção seria suficiente para evitar leituras optimistas da situação criada pelas invasões, quase sempre um artifício para escamotear uma situação de facto, criada pela força. Os historiadores, sobretudo os que abraçaram a linha pós-colonialidade, justamente

criticados pelo autor pelos evidentes anacronismos a que recorrem sistematicamente (pp.234-238), deviam ter em conta o significado de protectorado nos séculos XIX e XX, fosse ele na Tunísia ou na Boémia-Morávia. Ward-Perkins cita Salviano (p.48), numa passagem tão esclarecedora que dispensa mais comentários: *A que estado descemos! Ainda temos de agradecer aos bárbaros pelo direito de pagarmos para nos livrarmos deles! O que pode ser mais humilhante e miserável!*

Ward-Perkins considera a situação militar no final do século IV estável, melhor mesmo que no Oriente. O número de 600000 homens que admite para as forças imperiais parece-me, todavia, exagerado. Pelo menos são difíceis de localizar quando se inicia a grave crise no século V. É evidente que grande parte das receitas fiscais se destinava a sustentar o exército, profissional e mercenário e, neste caso, em grande parte bárbaro. Concordo com o autor quando este relaciona a fraqueza militar romana que permitiu o saque da Cidade Eterna e todas as misérias que gradualmente atingiram as províncias do Ocidente com a falta de meios financeiros, cada vez mais sensível e dramática à medida que a anarquia se instalava um pouco por todo o lado (pp.62-65). Mas esta situação ficou a dever-se, uma vez mais, às alterações sofridas pela sociedade romana, interiormente, sociedade cuja desmilitarização, nomeadamente das classes superiores, hipotecou irreversivelmente, a sua capacidade de resistência a inimigos externos, acabando por fazê-la depender de alguns deles. Mais uma vez deparamos com as consequências de um mudança de mentalidade, por via política e cultura.

O que o autor defende implica considerar a queda de Roma um problema militar directamente relacionado com a economia. A questão, todavia, é mais complexa e o autor de quando em quando não deixa de aludir a outras razões, como a utilização de enormes recursos em despesas sumptuárias, não produtivas, e aos efeitos negativos, sob vários aspectos, do monaquismo, recuperando teses de Gibbon e de A. H. Jones (pp.60-61). Numa época em que o evergetismo cívico passara de moda, a consagração de importantes verbas, públicas ou privadas, a instituições de natureza meramente contemplativa, obriga a reflectir seriamente sobre o assunto, com a certeza que o debate que o tem envolvido vai continuar. Ward-Perkins compara o estabelecimento dos bárbaros no Ocidente com o dos árabes no Levante e Norte de África, sublinhando as diferenças essenciais, a médio e longo prazo, e apontando a religião como elemento integrador cultural e social, claramente favorável aos últimos (pp.116-117). Também é certo, e este aspecto parece-me tão evidente que o autor, talvez por isso, não o refere, que o ambiente

orientalizante e semitizado de alguns desses territórios ajudou o incontestável êxito árabe.

O que o autor escreveu sobre o colapso da civilização no período pós-romano não permite dúvidas razoáveis quanto ao que se passou, ainda que, como refere, tenha havido continuidades e sobrevivências, mais fáceis de detectar em determinadas regiões. Como é claro, a economia de uma sociedade complexa, como era a romana, com os seus diferentes níveis, imperial, regional e local, retraiu-se e entrou em colapso em consequência das invasões, ainda que subsistam contactos comerciais e alguns materiais característicos do comércio antigo continuem a circular, mas não como uma regra, antes de forma excepcional e sempre em número reduzido. O que a arqueologia demonstra é um empobrecimento geral das sociedades pós-romanas, com raras excepções orientais (pp.170-174), e uma consequente queda abissal da sofisticação na vida quotidiana. Não é difícil imaginar o que sucederia se, em Portugal, ficassemos subitamente reduzidos a, digamos, apenas 10% das importações, sobretudo dos artigos de uso mais corrente.

O exemplo britânico do tesouro de Sutton Hoo ilustra dramaticamente o que se passou, e o autor explora habilmente este testemunho impressionante de riqueza e rusticidade (pp.159-164). Mesmo em Roma, as escavações da Cripta de Balbo⁸, apesar do seu abundante material do século VII, mostram, em termos estatísticos comparativos, um declínio insofismável (pp.146-147). Não vale a pena desenvolver exercícios dialécticos em torno de uma verdade tão evidente como é a perda de sofisticação e a decadência geral dos padrões de qualidade de vida atingidos na época romana. Segundo Ward-Perkins, esta perda de sofisticação, obtida a partir de uma especialização desenvolvida, teve consequências muito graves quase em todo o lado, obrigando a um retrocesso a padrões de vida idênticos aos da Idade do Bronze e a recuperar, com dificuldade, práticas próprias de uma tecnologia primitiva e de uma economia pré-monetária de nível local (pp.183-188).

Quanto à liberdade recuperada em consequência da queda de Roma, outro tópico clássico deste debate, o autor mostra-se, com razão muito céptico (p.197). Como todos deveríamos saber, pobreza não é, nunca foi, sinónimo de liberdade. Tal não passa, na maior parte dos casos, e em relação à Antiguidade Tardia não tenho dúvidas quanto a isso, de um malabarismo intelectual, uma vez que falamos não de socie-

⁸ Daniele Manacorda *et alii*, *Museo Nazionale Romano. Crypta Balbi*, Milão, Electa, 2004.

dades pobres, mas sim de sociedades empobrecidas. Desaparecido o *Dominus*, que pouco a pouco suplantara o *Imperator*, não haveria outro, ou outros, a substituí-lo? Julgo que tudo fica resumido, e bem pelo autor: *A economia do Ocidente pós-romano não é a do século IV reduzido em dimensão, mas uma entidade muito diferente e muito menos sofisticada* (p.159); *Foi um declínio que afectou os fundamentos básicos da existência humana* (p.196).

A Antiguidade Tardia, que me sinto tentado a denominar como época das reutilizações, caracteriza-se por uma profunda mudança de mentalidade, período no qual se insere o triunfo de duas religiões monotéistas, com consequências inimagináveis para a paz no mundo mediterrâneo, mentalidade que acusa uma doentia obsessão por questões alheias à essência da cidade antiga, com o mundo espiritual, pouco tolerante, em conflito aberto com o mundo material. Ward-Pekins ocupa-se com o tacto exigido desta tortuosa questão. O autor destaca o interesse dos historiadores norte-americanos pelos aspectos religiosos envolvidos, atribuindo-lhes uma importância que sacrifica voluntariamente outros aspectos, como a história económica ou militar. Esta atenção, devo dizê-lo, não é recente, embora tenha ganho ultimamente expressão mais intensa, em parte por convir à nova Antiguidade Tardia pacífica e positiva, em parte por se adequar às bondades da globalização, em que a uniformização disfarçada de liberdade e o sincretismo mal digerido, apresentado como multiculturalismo, sugerem futuros pouco tranquilos. O autor termina a obra voltando ao tema da reinterpretção das invasões em termos de transformações mais ou menos pacíficas e como tal aceites, sem esquecer o que subentende a decadência, organizada, dos estudos clássicos. A sua designação do *euro-bárbaro* é muito pertinente e evidencia, naturalmente, a politização da história, agora contada de outra maneira, ou à maneira de, uma vez que a União Europeia procura uma plataforma histórica comum para as nações (mais ou menos nascidas na Idade Média) que a integram, o que se torna uma tarefa cada vez mais difícil e pouco viável. O projecto inicial da União pode relacionar-se mais com o Império Carolíngio do que com o Império Romano, e Carlos Magno tem sido frequentemente honrado nesse sentido por muitos historiadores europeus. Caminhos ambíguos e plenos de contradições, nos quais o historiador se perde e se encontra o ideólogo ou, pior, o panfletário. Recordo que no regime hitleriano, que utilizou a história e a arqueologia com fins políticos tanto como outros, uma divisão SS recebeu o prestigioso nome de *Charlemagne*, como grande figura europeia, num jogo político em que a unidade da Europa era

intensamente invocada depois de 1941. Ora, este mesmo corpo político-militar comemorava regularmente a fidelidade à tradição dos saxões massacrados pelo imperador por recusarem a conversão ao cristianismo⁹.

Tudo isto conduz a história por caminhos iluminados por um sol negro, pelo que a obra de Bryan Ward-Perkins, com a sua visão britânica das coisas, constitui um contributo muito importante e esclarecedor, quer a propósito da definição do que se pode considerar Antiguidade Tardia, quer como chamada de atenção, na nossa sociedade em tumulto, para futuros menos improváveis do que um dia pensámos: *Os romanos, antes da queda, estavam tão certos como nós estamos hoje de que o seu mundo continuaria sempre substancialmente inalterado. Estavam errados. Seria sensato não repetirmos a sua complacência* (p.244).

⁹ Vasco Mantas, *Arqueologia e ideologia. O caso germânico*, Revista Portuguesa de História, 38, 2006, pp.181-217. É conveniente notar que na alta hierarquia do partido havia quem considerasse os romanos nitidamente superiores aos germanos no campo civilizacional.